



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO



CPE-Universidade / Partido Operário Revolucionário [POR]
www.pormassas.org - por@pormassas.org - n. 26 - Junho de 2016 - II ENE

Que o II ENE aprove um plano de lutas contra o governo golpista de Temer (PMDB, PSDB e DEM)

A crise política persiste apesar do triunfo do golpe institucional contra o governo de Dilma Rousseff. O governo Temer desde o início se mostrou completamente apodrecido, não por acaso seus ministros já começaram a ser derrubados. A operação Lava Jato não pôde ser freada imediatamente, pois seu fim não pode aparecer como obra das oligarquias políticas enquistadas no Estado. A falta do desfecho do impeachment no Senado comparece como mais um fator de instabilidade, porém, não se cogita o retorno de Dilma. Mesmo que a conspiração tenha se evidenciado, os fatos não serão alterados. Caso a permanência de Temer se torne inviável, a saída da burguesia será a das eleições antecipadas.

O governo Dilma não caiu por causa da corrupção, ao contrário da campanha midiática insuflada pelo Judiciário. O governo Temer também não será interrompido por este motivo, por mais que seus ministros estejam enlameados até o pescoço. Dilma foi retirada porque, ante a crise econômica, não conseguiu seguir garantindo o superávit fiscal. A sorte do governo de Temer depende de sua capacidade de extrair mais recursos do Estado e criar condições para uma maior exploração da força de trabalho para pagar os juros e amortizações da dívida pública. Este é o sentido de sua política: aprovou o orçamento com o déficit de R\$170 bilhões, medida que servirá para justificar que os explorados aceitem o “remédio amargo” para o país sair da crise. Os planos de Temer já estão anunciados nos documentos Ponte para o futuro e A travessia Social. É dever dos presentes no II ENE organizar um combate sem tréguas ao governo golpista.

É parte do ajuste fiscal 1) a reforma da previdência, fazendo com que os trabalhadores só se aposentem quando estiverem com o pé na cova e que a diferença de tempo de serviço entre homens e mulheres seja eliminada; 2) a retirada de direitos trabalhistas com a generalização das terceirizações; 3) o corte de recursos dos programas sociais como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, com o pretexto de priorizar os mais miseráveis entre os miseráveis.

Pesa sobre a cabeça dos servidores públicos a ameaça do PL 257, que deve ser votado em breve diretamente no Senado. Por meio deste PL, os salários serão congelados; concursos e novas contratações serão suspensos; será aberto um programa de demissões voluntárias (PDV); as contribuições previdenciárias dos servidores subirão para 14%; a previdência complementar



se expandirá para todos os estados e as terceirizações se generalizarão.

A burguesia industrial da FIESP, que tinha como mote contra Dilma a denúncia dos impostos elevados e a rejeição à CPMF aceitará as mesmas medidas vindas do governo Temer, com a contrapartida de amplas privatizações e, sobretudo, uma maior liberdade para esfolar os trabalhadores, explorá-los ainda mais, com menos direitos e menores salários. Os 11 milhões de desempregados servem como pressão aos demais para aceitarem a precarização mais intensa.

Tal situação, porém, não é uma fatalidade. A chave da resposta necessária está na força coletiva dos explorados no campo da independência de classe, o que significa se colocar sob a estratégia da revolução proletária (governo operário e camponês). É necessário unir empregados e desempregados, ativos e aposentados, efetivos e terceirizados em uma só luta, sem um dia de trégua, contra o governo golpista. Unir camponeses, indígenas e quilombolas que lutam por suas terras e vidas. O que unifica todos é o sacrifício exigido para que o capital financeiro continue saqueando o país. Cada reivindicação particular por saúde, educação, moradia, emprego, terra, etc. se vincula com a necessidade de exigir o fim do pagamento da dívida pública. As direções sindicais, porém, têm desviado as massas. A CUT (assim como o MST e MTST) os atraiu para o campo do governismo, condenando o golpe, porém desconsiderando as demissões e redução de salários, ignorando as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores.

Gadastre seu email e receba o boletim online da CPE:
POR@PORMASSAS.ORG

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação
CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR

A CSP-Conlutas se perdeu com uma política esquerdista e oportunista de defesa do “Fora Todos” e “Eleições gerais já”, como se o problema dos trabalhadores fosse resolver a crise política da burguesia. A superação deste quadro de dispersão passa pela criação dos comitês de luta, da organização das assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia. A resolução da CUT de realizar uma Greve Geral deve ser apoiada, porém, vemos que as direções não estão levando esta importante bandeira a sério. É necessário que a CSP-Conlutas e Intersindical se unifiquem em uma frente única sindical que organize a luta em torno das reivindicações como uma alavanca para exigir da direção da CUT que coloque em marcha uma campanha real pelas reivindicações contra as medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer, que crie as condições para a Greve Geral.

Unificar as lutas na educação



Além da defesa geral contra as privatizações, retiradas de direitos e cortes orçamentários, que unifica todos trabalhadores e a juventude, não faltam demandas comuns na área da Educação. O projeto destruidor de Temer já está em curso. Tem como eixo a prorrogação para 2023 e ampliação para 30% da Desvinculação das Receitas da União (DRU), que retirará verbas da saúde, previdência, assistência e educação para garantir o pagamento da dívida pública. Junto com isso, deve intensificar a privatização do ensino superior, com o pretexto de focar nas séries iniciais. O tal foco, porém, significa o aprofundamento da política meritocrática e punitiva que condiciona qualquer incremento salarial ao embuste das “qualificações” (que não passam de pretexto para abrir campo para corporações privadas de ensino oferecerem cursos, em geral, à distância) e às avaliações (que servem para jogar a culpa do fracasso escolar nas costas dos professores).

Os estudantes secundaristas têm demonstrado o caminho a seguir. No ano passado, com as ocupações em São Paulo, conseguiram frear o plano de Alckmin de fechar salas e escolas. Outros estados também têm sido palco de ocupações contra a entrega das escolas à gestão das Organizações Sociais. Nas universidades, a resposta das greves não tem conseguido romper o corporativismo e a passividade, com raríssimas exceções. Coloca-se a necessidade de unir estudantes, professores, funcionários e comunidade escolar para derrotar os ataques à educação.

A garantia de acesso irrestrito a todos níveis de ensino, sem vestibular ou ENEM, depende do combate à privatização e desnacionalização da educação. A luta pelo orçamento é importante, mas o fundamental é o combate pelo fim do

sistema privado de educação. O II ENE deve aprovar uma campanha nacional pela estatização do sistema privado, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, vinculado à produção social e controlado pelos que estudam e trabalham. O combate às burocracias escolares e universitárias significa que a própria comunidade escolar e universitária deve tomar em suas mãos os rumos das escolas e universidades. Nas ocupações secundaristas, vislumbrou-se o potencial das escolas controladas pelos que estudam e trabalham. Nas universidades, a luta contra a privatização passa por derrotar a burocracia privatista com o co-governo de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Geral Universitária, com voto universal.

Democracia operária como método

Uma luta desta magnitude, que começa pela defesa das reivindicações dos setores da educação, passa pela unidade com os demais trabalhadores e se projeta como uma frente antiimperialista para livrar o país da sangria da dívida pública depende da mais ampla democracia operária. Aqueles que são chamados a lutar devem participar ativamente da formulação das políticas e planos de luta. É no embate de posições e propostas que o movimento se politiza. Infelizmente, se temos do lado da CUT um profundo processo de estatização e burocratização, vemos que a CSP-Conlutas, mesmo sendo antigovernista, também tem métodos burocráticos. Uma das suas manifestações é a prática do “consenso progressivo”, que rege o II ENE. Assim, as entidades se reúnem e definem a priori o que será aprovado e organizam uma encenação de participação, com GTs e plenárias que nada decidem. É preciso que esta prática seja abandonada.

A plenária deve ser deliberativa e deve-se colocar na ordem do dia o combate sem tréguas ao governo golpista de Temer. Não precisamos de mais um encontro acadêmico e distracionista. **A conjuntura exige que todas energias destinadas a construir o II ENE se voltem à aprovação de um plano de lutas em torno dos seguintes pontos:**

- Não ao pagamento da dívida externa;
- Contra os cortes no orçamento da saúde, educação e programas sociais;
- Abaixo as reformas da previdência e trabalhista;
- Derrotar nas ruas o PL 257;
- Contra as privatizações;
- Pelo fim das terceirizações, efetivação dos terceirizados (trabalho igual, salários e direitos iguais);
- Constituir uma frente única sindical pelo emprego, salário e direitos;
- Estatização, sem indenização do sistema privado de ensino e criação de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham.

A luta no campo da independência de classe exige a adoção da estratégia de poder do proletariado, o governo operário e camponês.

**Cadastre seu email e receba o boletim online da CPE:
POR@PORMASSAS.ORG**

Acesse o Blog da Corrente Proletária na Educação
CPE-POR.BLOGSPOT.COM.BR